

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.416.817 - DF (2018/0334692-0)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS**  
**ADVOGADOS : MARIA LUISA NUNES DA CUNHA - DF031694**  
**RODRIGO SANTOS PEREGO - DF038956**  
**YURI RODRIGUES BESERRA - DF044254**  
**AGRAVADO : H PLUS ADMINISTRACAO E HOTELARIA LTDA**  
**ADVOGADOS : ALEX LUCIANO VALADARES DE ALMEIDA - DF040996**  
**ROBERTA RODRIGUES DE OLIVEIRA - DF056422**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS, em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 438-447, e-STJ).

O apelo nobre, de sua vez, fundamentado na alínea “a” do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, assim ementado (fls. 330-337, e-STJ):

DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. ART. 5º, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INFORME CONDOMINIAL. AGRAVO. CONTEÚDO OFENSIVO. AUSÊNCIA. DIREITO DE RESPOSTA. INEXISTÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

I. O direito de resposta pressupõe a existência de agravo, que consiste na veiculação de informações inexatas ou ofensivas.

II. Não provoca agravo que desafie direito de resposta o informe condominial que se limita a manifestar crítica àquele que exerce atividade de interesse da coletividade, ainda que se utilize de palavras duras, mas sem o intuito de ofender a honra.

III. Nas causas em que não houver condenação e o valor da causa for ínfimo, os honorários advocatícios devem ser arbitrados de forma equitativa pelo magistrado.

IV. Negou-se provimento ao apelo principal e deu-se provimento ao recurso adesivo.

Opostos embargos de declaração (fls. 345-353, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 356-359, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 384-395, e-STJ), o recorrente aponta violação aos artigos 2º da Lei 13.188/2015.

Sustenta, em síntese, que a recorrida divulgou aos demais condôminos matéria ofensiva à honra e reputação do recorrente.

Contrarrazões às fls. 418-431, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 432-434, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob o fundamento de que se aplicaria ao caso o enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

Irresignado, aduz o agravante, em suma, que o reclamo merece trânsito, uma vez que o exame da pretensão não demanda reanálise da matéria de fato.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Da leitura do acórdão recorrido, colhe-se que o Tribunal local, à luz dos elementos de prova acostados aos autos, concluiu inexistir direito de resposta, uma vez que as informações divulgadas acerca do ora recorrente não constituiriam ofensa à sua honra, mas, sim, representariam exercício regular da liberdade constitucional de crítica, opinião e informação por parte da ora recorrida. Veja-se (fls. 334, e-STJ):

Analizando-se a matéria como um todo, verifica-se que, apesar de haver um tom crítico, não houve agravo que desafie direito de resposta, mas sim exercício regular da liberdade constitucional de crítica, opinião e informação.

Conforme vislumbrou o magistrado, o cotejo probatório carreado aos autos revela que as partes vêm se digladiando em diversas ações e durante as assembleias, o que demonstra que há uma disputa de poder pela administração dos condomínios.

Nesse contexto, tem-se que o provimento do pleito recursal demandaria que a premissa acima disposta fosse derruída. Para tanto, todavia, revelar-se-ia necessária a reanálise de matéria fático-probatória, providência vedada em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 07/STJ. Precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

**2. No caso concreto, o Tribunal de origem concluiu que a matéria veiculada possuía cunho investigativo, sendo desprovida de elementos que evidenciassem ofensa à honra e à imagem do recorrente. Alterar esse entendimento demandaria reexame das provas produzidas nos autos, vedado em recurso especial.**

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1176659/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 20/02/2018, DJe 28/02/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS. PESSOA JURÍDICA. 1. OFENSA AO ART. 535, II, DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. 2. ATO ILÍCITO NÃO CONFIGURADO. ALTERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. 3. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

(...)

**2. As instâncias ordinárias, soberanas na análise do acervo probatório dos autos, consignaram não ter havido prova da violação à honra objetiva da agravante suficiente a ensejar a condenação à reparação civil. Infirmar tais conclusões demandaria o reexame de provas, atraindo a aplicação da Súmula 7 do STJ.**

3. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 972.549/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 02/02/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA PARTE RÉ.

1. A jurisprudência desta Corte reconhece a possibilidade de a pessoa jurídica sofrer dano moral (Súmula 227/STJ), desde que demonstrada ofensa à sua honra objetiva (imagem e boa fama). Precedentes. Incidência da Súmula 83/STJ.

**2. A reforma do fundamento que ensejou a improcedência do pedido de indenização por dano moral à pessoa jurídica autora, qual seja, a inexistência de abalo à honra objetiva, demanda o reexame de conteúdo fático-probatório constante dos autos, prática vedada pela Súmula 7/STJ. Precedentes.**

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 913.343/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 13/03/2018)

Assim, inviável a admissão do presente recurso especial.

**2.** Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo. Por conseguinte, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários advocatícios arbitrados na origem (fl. 337, e-STJ), observado, se for o caso, o disposto no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator